



**Jornal Notícias**

30-01-2020

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

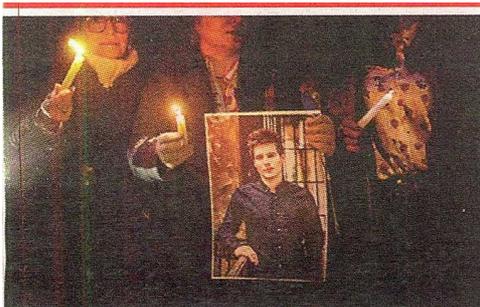
**Tiragem:** 60963

**Temática:** Justiça

**Dimensão:** 872 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/15



**Leaks** Ministra admite Rui Pinto em cadeia de alta segurança

Vigílias de apoio ao hacker tiveram adesão escassa P. 15

# Ministra não descarta alta segurança para Rui Pinto

Hacker que diz ser a fonte do Luanda Leaks aguarda na prisão o julgamento por alegada tentativa de extorsão, entre outros crimes. Advogado apreensivo

Inês Banha  
e Nelson Morais  
justica@jn.pt

**LEAKS** A ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, afirmou ontem que o pirata informático Rui Pinto poderá ser transferido para uma cadeia de alta segurança, se essa for a melhor forma de o proteger de eventuais retaliações pela divulgação de informação confidencial relativa, designadamente, ao Benfica ou à empresária angolana Isabel dos Santos.

“Os serviços prisionais têm a competência para fazer a avaliação dos riscos que cada um dos reclusos corre. E é obvio que, se houver aí uma situação de risco, a direção-geral tomará as medidas que entender adequadas, que podem passar pela ida para uma prisão de alta segurança, ou por outras medidas que possam eventualmente existir”, declarou a ministra, na Faculdade de Letras de Coimbra.

Rui Pinto está preso preventivamente há mais de dez meses, na zona prisional da sede da Polícia Judiciária, em Lisboa, por entre outros crimes, uma alegada tentativa de extorsão, em 2015, à Doyen Sports. “Ele está bem e não tem tido ameaças”, fez já saber o advogado Francisco Teixeira da Mota, que defende o arguido em parceria com o francês William Bourdon.

## “MAIOR ACEITAÇÃO”

Teixeira da Mota manifestou, contudo, preocupação com a possibilidade de o hacker, assumido criador do site Football Leaks, vir a ser transferido para uma cadeia de alta segurança, para sua suposta proteção. Tal dificultaria o contacto do jovem com a sua família e defensores e contribuiria para o seu isolamento, justificou.

Questionado pelo “Jornal Económico” sobre se Rui Pinto corre maiores riscos



Isabel dos Santos e o marido, Sindika Dokolo, estão no centro do Luanda Leaks

de segurança desde que se assumiu como a fonte dos dados que, no dia 19, deram vida, através de um consórcio internacional de jornalistas, ao “Luanda Leaks”, o advogado respondeu negativamente: “Pelo contrário,

há agora uma maior aceitação para a divulgação”.

## JOALHARIA INSOLVENTE

No centro da polémica tem estado a atuação empresarial de Isabel dos Santos e do seu marido, Sindika Doko-

lo. Ontem, a joalheria suíça De Grisogono, detida parcialmente pelo congolês, anunciou a sua falência, tendo já requerido em tribunal proteção perante os credores. Segundo uma nota da empresa citada pela Imprensa internacional, se o pedido de insolvência for aceite, serão 65 as pessoas a perder o emprego só na Suíça. A marca dispõe ainda de lojas em vários países.

A decisão surge depois de, durante meses, a De Grisogono ter, sem sucesso, tentado encontrar um comprador. “Sem o apoio financeiro dos atuais acionistas e sem um novo investidor, infelizmente a empresa não pode continuar em atividade”, frisa a firma.

No final do ano passado, o Tribunal Provincial de Luanda, arrestou preventivamente as contas bancárias e as participações sociais em Angola de Isabel dos Santos e de Sindika Dokolo, devido a negócios, entre os quais a compra da De Grisogono, que terão lecionado o Estado daquele país em mais de mil milhões de dólares. As acusações são rejeitadas pela empresária. ●



## Poucas dezenas de pessoas em vigília de apoio ao hacker

**CIDADANIA** Poucas dezenas de pessoas marcaram presença em vigílias de apoio a Rui Pinto. Em Lisboa, um grupo de cidadãos, que incluiu Joana Amaral Dias, concentrou-se junto ao estabelecimento prisional anexo à Polícia Judiciária. Já no Porto, os apoiantes do gaiense, de 30 anos, reuniram-se em frente à Câmara Municipal. A ação foi convocada nas redes sociais pelo Movimento Associativo Independentes – MAIS e visou apelar a que seja aplicada a Rui Pinto, para sua proteção judicial, a 4.ª Diretiva Europeia Contra o Branqueamento de Capitais e o Financiamento de Terrorismo.